



O SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO, AS POLÍTICAS RACIALIZADAS E AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NEAB UERJ)

Maria Alice Rezende¹

Vinicius Oliveira Pereira²

Resumo: O atual contexto educacional brasileiro, marcado pela emergência da etnicidade afro-brasileira, coloca os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) no cenário da academia brasileira como importantes atores no processo de análise, discussão e intervenção nesse novo cenário educacional. As ações dos NEABs têm se concentrado na (re) produção do conhecimento sobre história e cultura dos afro-brasileiros e africanos, na produção de materiais didáticos sobre a referida temática e na construção de espaços de formação para professores da educação básica visando à implementação da Lei 10639/03. A partir deste parâmetro, este artigo se propõe a descrever e discutir as ações desenvolvidas pelo NEAB da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para o III Curso de Extensão em História e Cultura Negra, apontando os desafios, possibilidades e questões que envolvem uma experiência de formação de professores sobre a temática da história e cultura negra.

Palavras-chave: Educação, Raça, Afro-brasileiros

THE BRAZILIAN EDUCATION SYSTEM, THE RACIALIZED POLICIES AND THE ACTIONS OF THE CENTER FOR AFRO-BRAZILIAN STUDIES FROM THE UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NEAB UERJ)

Abstract: The current Brazilian educational context, marked by the emergence of Afro-Brazilian ethnicity, place the centers for Afro-Brazilian studies (NEABs) in the scenario of Brazilian academy as important actors in the process of analysis, discussion and intervention in this new educational setting. The actions of NEABs have focused on the (re) production of knowledge of Afro-Brazilian and Africa history and culture, in the production of didactic material on this theme and the construction of training spaces for basic education teachers seeking the implementation of Law 10639/03. Based on this parameter, this article intends to describe and discuss the actions developed by the NEAB from the Universidade do Estado do Rio de Janeiro, highlighting the III Extension Course in History and Black Culture, pointing out the challenges, opportunities and issues surrounding a teacher training experience on the subject of history and black culture.

Key-words: Education, Race, Afro-Brazilian

¹ Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ (PPGECC/FEBF/UERJ). Email: marialicerezende@uol.com.br

² Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). Atualmente cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ (PPGECC/FEBF/UERJ), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Email: viniciusoliveirapereira@yahoo.com.br



**LE SYSTÈME D'ENSEIGNE BRÉSILIEN, LES POLITIQUES RACIALISÉ ET LES
ACTIONS DE EXTESIONS DE NOYAU DES ÉTUDES AFRO-BRÉSILIENS
D'UNIVERSITÉ DE ÉTAT DE RIO DE JANEIRO (NEAB UERJ)**

RÉSUMÉ: L'actuelle contexte éducatif brésilien, marquée par l'émergence de l'ethnicité afro-brésilienne, met les Noyaux Études Afro-Brésilienne (NEABs) dans le scénario de l'Academia brésilienne comme des importants acteurs dans le processus d'analyse, de discussion et d'intervention dans ce nouveau cadre éducatif. Les actions de NEABs ont porté sur la (re) production de la connaissance de l'histoire et la culture des afro-brésilienne et africaine, dans la production de matériel pédagogique sur ce thème et la construction de places de formation pour les enseignants d'éducation de base pour mettre en œuvre la loi 10639/03. Sur la base de ce paramètre, cet article vise à décrire et discuter des mesures prises par NEAB Université d'État de Rio de Janeiro, en particulier le cours Extension III en histoire et en culture noire, en soulignant les défis, opportunités et enjeux une expérience de formation des enseignants sur la question de l'histoire et de la culture noire.

Mots-clés: L'éducation, La race, Afro-brésilienne

**EL SISTEMA DE ENSEÑANZA BRASILEÑO, LAS POLÍTICAS RACIALIZADAS Y
LAS ACCIONES EXTENSIONISTAS DEL NÚCLEO DE ESTUDIOS AFRO-
BRASILEÑOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA PROVINCIA DEL RIO DE JANEIRO.
(NEAB UERJ)**

Resumen: Lo actual contexto educacional brasileño, marcado por la emergencia de la etnicidad afro-brasileña coloca los núcleos de Estudios Afro-brasileños (NEABs) en escenario de la academia brasileña como importantes actores en el proceso de análisis, discusión e intervención en este nuevo escenario educacional. Las acciones de los NEABs se ha concentrado en la (re) producción de conocimiento de historia y cultura afro-brasileños y africanos, en la producción de materiales didácticos de la referida temática y en la construcción de espacios de formación para profesores de la educación básica que tiene como blanco la implementación de la ley 10639/03. A partir de este parámetro, este artículo se propone a describir y discutir las acciones desarrolladas por el NEAB de la Universidad del Estado del Rio de Janeiro, con destaque para III Curso de Extensión en Historia y Cultura Negra, apuntando los desafíos, posibilidades y cuestiones que traen una experiencia de formación de profesores referente a la temática de historia y cultura negra.

Palabras-claves: Educación, Raza, Afro-brasileños

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo relatar e discutir o III Curso de Extensão em História e Cultura Negra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEAB UERJ). No atual contexto educacional brasileiro, o mencionado núcleo tem buscado desenvolver estratégias, materiais e fomentar espaços de formação que colaborem para implementação das orientações presentes no artigo 26 A da LDBEN, que disserta sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no sistema de ensino. O NEAB UERJ, criado em 2003, surge em um contexto

nacional de emergência de políticas de valorização das diferenças e ampliação das oportunidades de grupos étnico-raciais brasileiros: negros e indígenas. É possível dizer que o início do século XXI marca, de forma mais expressiva, a entrada dos grupos sub-representados em vários campos da vida social, com destaque para esfera política institucional, universidades e outros espaços de prestígio social.

Este fenômeno social se deve, sobretudo, a multiplicação de experiências com ações afirmativas que visam o combate ao racismo, a equidade racial e a promoção de um país mais justo e igualitário. O fortalecimento das políticas afirmativas, que em 2012 teve sua constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, expressa e é ao mesmo tempo expressão da maior visibilidade dos grupos minoritários no cenário político nacional. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, é uma das expressões dessa maior visibilidade. A constituição da tessitura social de focalização da população negra como alvo de políticas de ações afirmativas pode ser compreendida como reflexo das pressões e organização dos movimentos negros brasileiros aliados aos procedimentos e compromissos do governo federal em direção à inclusão de negros. Nesse contexto, verifica-se um movimento de emergência e empoderamento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e grupos correlatos, tornando-os importantes agentes para consolidação das políticas destinadas à população negra no sistema educacional brasileiro.

AS POLÍTICAS RACIALIZADAS NO BRASIL: NARRATIVAS SOBRE O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Os estudos que se propõe a investigar as relações étnico-raciais no Brasil evidenciam o poder do ideário da democracia racial sobre a maneira como o país pensa as relações entre os diferentes grupos étnicos que o constituem (Da Matta, 2000). Esta perspectiva está impressa nos primeiros estudos que se dedicaram a entender a dinâmica das relações entre os grupos étnicos no país. Gilberto Freyre, autor fortemente ligado a esta perspectiva, discute em seus trabalhos como o modelo de colonização tolerante à miscigenação promoveu no Brasil um hibridismo cultural e uma tolerância racial



(Motta, 2007). O autor, ao comparar as dinâmicas das relações étnico-raciais estadunidense e brasileira, aponta para um maior recrudescimento da tensão da primeira em relação à segunda. O contexto em que Freyre escreve é marcado pela ressignificação dos sentidos atribuídos à mestiçagem. Se antes esta variante da realidade brasileira era entendida como um problema, a partir das primeiras décadas do século XX, a mestiçagem passa a ser entendida como um elemento que singulariza a cultura nacional (Seyferth, 1989).

Na perspectiva dos que pensam o país a partir deste parâmetro, as relações entre os diferentes grupos étnicos são, quase sempre, harmônicas e o fenômeno do racismo é praticamente inexistente. A suposta relação isenta de conflitos entre os grupos étnicos é, muitas vezes, utilizada como argumento contrário a adoção de políticas racializadas e impede o desenvolvimento de ações afirmativas. Os setores contrários à adoção de tais medidas alegam que, diferente dos países onde a relação entre negros e brancos se configura de maneira mais conflituosa, no Brasil, devido ao fenômeno da mestiçagem, tais relações ocorrem de maneira mais harmônica e a adoção de políticas focalizadas em grupos étnicos poderia suscitar o surgimento de conflitos.

A fama das harmônicas relações entre os grupos presentes na sociedade brasileira atravessou o Atlântico, chegando à UNESCO. A entidade internacional, assombrada pelo rastro de intolerância que marcou a Segunda Guerra Mundial, decide financiar uma série de estudos sobre as relações raciais no Brasil, a fim de identificar a dinâmica das relações raciais no país consideradas até então bem sucedidas. Tais estudos, convencionalmente denominados de Projeto Unesco, reuniram cientistas sociais americanos, franceses e brasileiros, com destaque para Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Oracy Nogueira.

Iniciado na década de 50 do século XX, o conjunto de pesquisas buscava, de acordo com Marcos Chor Maio: “(...) uma anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular” (1999, p. 142). No entanto, ao contrário do que se imaginava, as pesquisas questionam a base da suposta harmonia das relações raciais brasileiras. Os resultados obtidos destoam da perspectiva engendrada pela tese da democracia racial, percebem-se os cânones brancos que predominam na sociedade e desnudam as desigualdades entre negros e brancos no



Brasil. Contudo, tais desigualdades são compreendidas, ainda, a partir da variante classe social. Ao lermos as conclusões de Alfred Métraux, um dos pesquisadores do Projeto Unesco, descritas por Marcos Chor, podemos ver, nitidamente, esta forma de interpretar a desigualdade entre esses dois grupos:

O antropólogo atribui a existência do racismo no Sudeste do país ao passado escravocrata que ainda mantêm os negros em condições desfavoráveis na disputa com os brancos. Nesse sentido, as dificuldades dos negros não seriam creditadas à sua cor, e sim, à posição que ocupam na hierarquia social (1999, p 151).

Apesar da redução das evidências de preconceito, discriminação e desigualdade a fatores de classe, é possível dizer que o Projeto UNESCO dá um passo importante para compreensão da realidade racial no Brasil, na medida em que contribui de forma expressiva para instituição dos estudos das relações étnico-raciais na academia brasileira:

O Projeto Unesco, segundo o autor, inaugura a etapa do estudo sistemático da “situação racial” brasileira, definido pelos seguintes critérios: 1º delimitação da área de investigação com o intuito de viabilizar uma coleta contínua e intensiva de dados, capaz de garantir uma sólida base empírica para o estudo; 2º apresentação objetiva dos dados utilizados, visando à comparação com outras pesquisas e à produção de novas análises; 3º estabelecimento de analogias entre a situação racial brasileira e outros países, em especial, os Estados Unidos; 4º inteligibilidade da complexa “situação racial” do país, em seu conjunto, pela comparação e síntese, potencializando o surgimento de novos estudos de caso em distintas localidades do Brasil (Nogueira, 1955 apud Maio, 1999).

O melhor entendimento das relações raciais no Brasil é fruto, também, das ações do movimento negro, pois como dito anteriormente, denunciava, desde a década de 30, a distância entre o mito da democracia racial e a realidade social vivida no país. Na perspectiva do movimento e dos estudiosos de uma linha mais crítica, a cor da pele, entre outras características fenotípicas, é considerada, em uma sociedade marcada pela desigualdade racial, indicador de classe. Portanto, o negro/a é desqualificado/a como cidadão também por sua raça e não apenas por seu passado escravo ou sua atual condição social. A partir da década de 70, a leitura mais crítica da sociedade brasileira e a demanda por políticas de promoção da igualdade racial passam a ser subsidiadas, também, pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que ao



incluir a variante cor em suas pesquisas, traça um panorama da disparidade existente entre os grupos que compõem a sociedade brasileira.

Confrontado pelas contradições raciais que assolam a sociedade brasileira, pressionado pelo movimento negro, que agora dispõe de dados que mensuram as desigualdades raciais e constrangido pelo cenário internacional marcado por conferências de combate ao racismo, o Estado brasileiro reconhece, em 1996, a existência e a persistência do racismo na sociedade brasileira. Este posicionamento representa, até certo ponto, a ruptura com o paradigma que marcou a maneira de compreender as relações raciais de uma grande parcela da sociedade brasileira. Ainda em 1996, refletindo a pressão e a demanda do movimento negro, o governo de Fernando Henrique Cardoso institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tinha como função elaborar, propor e acompanhar as políticas de valorização da população negra. Caminhando para tomada de decisão do Estado brasileiro em direção para a afirmação dos direitos à cidadania dos negros, o governo FHC organiza o Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, realizado em 1996, e passa a ser signatário da declaração da Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, que ocorreu em Durban na África do Sul, em setembro de 2001.

A crítica ao mito da democracia racial e as políticas públicas que acompanharam esta mudança de enfoque não se deu de forma tranquila. A denúncia de existência de desigualdades econômicas e de racismo dividiram os intelectuais. Podemos ilustrar essa cisão por meio dos documentos chamados de “manifesto dos intelectuais” publicados online em duas oportunidades, em 2006 e 2008. Neles os grupos contrários e os defensores das políticas racializadas expunham seus argumentos contrários e a favor de tais medidas. Apesar das resistências, o sistema de ensino é abalado com as alterações provocadas na Lei de Diretrizes e Bases por meio da lei 10639/03, que torna obrigatório na educação básica o ensino da história e da cultura afro-brasileira. Essa alteração na principal lei de regulação da educação brasileira abala a hegemonia de cultura europeia sobre as demais nos currículos escolares, porém um novo desafio se impõe: a implementação da lei e conseqüentemente a construção de currículos praticados pluriétnicos e pluriculturais.

Nesse contexto, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)³, que representa os interesses dos núcleos de estudos afro-brasileiros e grupos correlatos, em uma ação conjunta com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação propuseram medidas de fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros ou grupos correlatos. Em 2005, como resultado positivo dessa aliança é lançado o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO). O Programa foi criado com o objetivo de apoiar e incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades dos NEABs ou grupos correlatos das instituições públicas de educação superior, contribuindo para a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra. Em sua primeira edição, o programa contemplou 27 instituições de ensino superior, entre elas a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, a universidade se propunha a apoiar a implementação da lei 10639/03 nas redes de educação básica, públicas e privadas, atendendo, dessa forma, os objetivos cunhados pelo Ministério da Educação para o Programa:

Por meio da Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008, o Ministério da Educação estabeleceu critérios para assistência financeira às instituições de educação superior com o objetivo de fomentar ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica e para a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro). Os cursos de formação inicial e continuada, assim como os materiais didáticos, visam à implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à promoção do estudo da História da África e Cultura Afro-Brasileira. A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias do racismo por meio da aplicação de práticas pedagógicas qualificadas nesses temas nas escolas de educação básica no Brasil. (MEC, 2008) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12260&option=com_content> Acesso em 20/06/2014.

³ Criada em 2002, durante a realização do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros elenca como um dos principais objetivos congregar e fortalecer laços entre pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico. Para maiores informações, acesse: <<http://www.abpn.org.br/novo/index.php/institucional/quemsomos>>

Desde 2008, com quatro edições, o Programa UNIAFRO dedicou-se a prover de recursos financeiros os núcleos de estudos afro-brasileiros ou grupos correlatos das universidades públicas federais e estaduais para equipá-los de infraestrutura material para o exercício de atividades prioritariamente de educação continuada - cursos de extensão, aperfeiçoamento e material didático – tendo como foco a implementação da lei 10639/03. Somente na primeira edição o programa financiou a aquisição de material permanente, publicações e bolsas de extensão para alunos de graduação. Nas edições posteriores essas ações foram retiradas do conjunto de itens financiáveis. Apesar das restrições orçamentárias, os núcleos cresceram rapidamente nas instituições públicas de ensino superior fortalecendo o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa, agregando docentes e discentes em torno da questão étnico-racial. De invisíveis no cenário das universidades por serem grupos sem infraestrutura, marcados pela descontinuidade e carência de recursos humanos, os núcleos ganham cada vez mais visibilidade, consolidam-se como espaços de pesquisa e extensão sobre o tema.

A partir do fortalecimento das políticas focalizadas para a população negra, os recém-criados Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e os grupos correlatos passam a compartilhar o espaço acadêmico com alguns núcleos já consolidados, criados ao longo do século XX como o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo (1965) e o Núcleo de Estudos Afro Asiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (1985). Cabe destacar a trajetória de dois núcleos em funcionamento até os dias de hoje e que por receberem financiamento de uma agência internacional fugiram aos padrões da época desde a sua origem, transformando-se em casos particulares no país. Tratam-se do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1959, e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes (UCAM), criado em 1973, no Rio de Janeiro. Dedicados inicialmente aos estudos africanos e asiáticos destacando a emancipação das colônias europeias em África e Ásia, foram pouco a pouco priorizando os estudos sobre a temática das relações raciais no país. Zamparoni (2007) aponta a Fundação Ford como a agência responsável por essa guinada em direção à concentração nos estudos afro-brasileiros, tendo em vista o fato de ela estimular e financiar projetos de pesquisa e extensão sobre relações raciais tanto na academia quanto nas organizações não governamentais.



O “olhar da diversidade” e a concentração de estudos afro-brasileiros trouxeram modificações substantivas no sistema de ensino e no cotidiano das instituições educativas nos diferentes níveis de ensino. Presentes na estrutura do Ministério da Educação, os NEABs e grupos correlatos irão contribuir diretamente nas políticas do ministério por meio da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA)⁴ criada em 2005. A Comissão é um órgão vinculado ao Ministério da Educação de natureza consultiva e propositiva e prevê entre seus membros vagas para os membros dos NEABs ou grupos correlatos. Esta conquista os tornou interlocutores importantes nas tomadas de decisão do MEC. Desse modo, participam da elaboração, acompanhamento, avaliação e análise de políticas educacionais voltadas para o cumprimento da lei 10639/03, bem como das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, aprovadas pelo parecer CNE/CP nº 03/2004.

A criação da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o surgimento de diversos programas de inclusão para negros e outros grupos sub-representados no ensino superior nas universidades públicas brasileiras têm servido para dar visibilidade e fortalecer as ações propostas e desenvolvidas pelos NEABs. Pela primeira vez o MEC cria uma secretaria em articulação com os sistemas de ensino voltada à valorização das diferenças e diversidade sendo responsável pela implementação de políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, educação indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais (ERER).

No âmbito da educação superior, as ações afirmativas contribuem de um lado para criar um novo beneficiário das políticas educacionais, o negro, como também, tem provocado uma mudança no perfil dos ingressantes e concluintes no ensino superior nacional alterando, ainda que de uma maneira insatisfatória, o percentual de negros detentores de diplomas de ensino superior em diversos campos profissionais. O estudo deste impacto ainda há que se realizar. Apesar da pouca tradição em acompanhamento e avaliação de políticas públicas, identificamos o trabalho realizado por alguns

⁴ Para maiores informações sobre a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA), acesse: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/index.php/cadara>>.



pesquisadores das universidades estaduais, federais e instituições internacionais tais como: UERJ, UFSCar, UFBA, CLACSO, que estão monitorando as políticas inclusivas em curso no país.

Destacamos esses três fatores que serviram como pano de fundo para os NEABs do início do século XXI: (1) a implantação e implementação da lei 10639/03, (2) os programas de ações afirmativas e (3) a emergência do negro como beneficiário das políticas educacionais e a chegada de um novo alunado no ensino superior. Essas medidas têm modificado as práticas educativas nos diferentes níveis de ensino transformando currículos, práticas escolares, criando campanhas e ações contra o racismo e de combate à desigualdade, enfim colocando o debate nas ruas, envolvendo a todos. Neste contexto de reconhecimento da diversidade e de combate às práticas racistas, os NEABs são vistos como o parceiro privilegiado na proposição, no debate e na tomada de decisão em direção as medidas de inclusão.

O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No início da primeira década do século XXI, em um contexto pós Conferência de Durban, quando o governo federal havia apoiado medidas inclusivas para as populações negras, as leis que instituem reservas de vagas para grupos sub-representados no ensino superior são impostas às universidades públicas estaduais do estado do Rio de Janeiro. De imposta a incorporadas pela comunidade universitária, as leis que garantem a reserva de vagas para oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, deficientes, filhos de policiais e bombeiros mortos em serviço entre outros grupos minoritários são hoje uma política necessária e incontestável. Apesar das opiniões contrárias às políticas racializadas, cabe destacar o papel relevante de organizações da sociedade civil e dos movimentos negros no processo de convencimento de que as ações afirmativas constituem uma etapa para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Iniciada em 2001, as ações afirmativas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro as colocam como primordialistas dentro do conjunto das universidades públicas na adoção de políticas inclusivas para negros e demais minorias excluídas do sistema superior de ensino. Calcula-se que, em 2013, eram cerca de oito mil alunos cotistas. O



experimento das universidades fluminenses condiciona à reserva de vagas a situação socioeconômica do candidato, ou seja, a identidade étnico-racial, a condição de deficiência física, ou de origem escolar está associada à situação de carência comprovada pela renda per capita do candidato estabelecida em edital.

Nesse contexto de fomento de políticas racializadas nasce, em 2003, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ, que tem como objetivo a produção e a reprodução de conhecimento sobre a questão étnico-racial no Brasil por meio do desenvolvimento de atividades extensionistas e de pesquisa⁵ Trata-se de um núcleo aberto aos docentes e discentes das diferentes unidades acadêmicas da universidade, que têm como ponto de interesse a temática da cultura afro-brasileira e africana e das relações raciais no país. Os atuais projetos de pesquisa desenvolvidos no NEAB concentram-se em áreas como pensamento social e relações étnico-raciais, ações afirmativas, história da África e dos africanos e formação dos professores em relações étnico-raciais. Desde a sua fundação procuramos captar recursos financeiros que possibilitem a execução de seus projetos extensionistas e de pesquisa, tornando-o um campo de estágio para alunos de graduação em diferentes modalidades: extensão, estágio interno complementar e de iniciação científica⁶.

A oferta de cursos de educação continuada às comunidades interna e externa visando à implementação da lei 10639/03 tem sido uma das suas atividades extensionistas de maior visibilidade. Essas ações de capacitação foram possíveis graças à participação do NEAB UERJ em três edições do Programa UNIAFRO. O programa, além de criar as condições materiais para o oferecimento dos cursos possibilitou a consolidação e o reconhecimento do NEAB UERJ na universidade e fora dela. A utilização dos recursos oriundos do IV, liberados em 2012, possibilitou ao NEAB UERJ desenvolver importantes ações com vistas a implementação da Lei 10639/03. Neste artigo destacamos algumas das ações desenvolvidas durante os anos de 2012 e 2013: (1) publicação dos dois primeiros volumes da coleção “A Lei 10639/03 e a Formação de Educadores”, “História e cultura africana e afro-brasileira na escola” e “Diversidade e sistema de ensino brasileiro”, os livros reúnem artigos e propostas de intervenção no

⁵ O NEAB UERJ nasce a partir da constituição de um Coletivo de Professores Negros da UERJ. Por ocasião da candidatura a seleção de instituições que participariam do programa UNIAFRO, o então reitor da UERJ, Nivaldo Almeida, indica o núcleo para representá-la.

⁶ Os bolsistas de graduação do NEAB recebem bolsas da UERJ e dos órgãos de fomento à pesquisa como: FAPERJ e CNPq.



espaço escolar buscando fomentar o desenvolvimento de atividades pedagógicas sobre história e cultura africana e afro-brasileira; (2) elaboração e disponibilização do 3º volume da coleção “A Lei 10639/03 e a Formação de Educadores”, o material paradidático em formato audiovisual “A Lenda da Criação do Mundo e dos Orixás”, o vídeo é inspirado em uma lenda de origem iorubá mantida viva pela tradição oral e busca introduzir os elementos da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas⁷; destacamos, também, a oficina “Material Didático Pedagógico para implementação da Lei 10639/2003: Vídeo e Cinema”, desenvolvida com estudantes do curso de pedagogia da UERJ.

No contexto marcado pela discussão e elaboração de estratégias para implementação das orientações presentes no artigo 26 A da lei de diretrizes e bases da educação nacional e pelos experimentos de ação afirmativa da universidade e em outras instituições de ensino superior tem gerado uma produção significativa de monografias, dissertações e teses desenvolvidas por estudantes da graduação e da pós-graduação. Cabe destacar a iniciativa do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ (PPGECC/FEBF/UERJ) em incorporar entre os núcleos que participam do programa o NEAB UERJ. As ações extensionistas têm sido diversificadas: seminários, oficinas, palestras, debates visitas guiadas e cursos de educação continuada.

O III CURSO DE EXTENSÃO EM HISTÓRIA E CULTURA NEGRA

Em meio às discussões sobre os avanços e desafios que marcaram os dez anos da Lei 10639/03, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ (NEAB-UERJ), financiado pelo IV Programa UNIAFRO/MEC/FNDE, organizou e realizou, entre o período de 10 de maio de 2013 a 29 de junho de 2013, o III Curso de Extensão em História e Cultura Negra. A proposta, que contou com a participação de especialistas em

⁷ A Lenda da Criação do Mundo e dos Orixás (2013), primeiro vídeo de animação produzido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, alcançou, até o momento, 2759 (duas mil setecentos e cinquenta e nove) pessoas, teve mais 300 compartilhamentos no facebook e tornou-se um dos materiais do acervo do Museu Afro Digital Rio mais visualizado. O vídeo atraiu a atenção de pesquisadores, educadores e pessoas ligadas às comunidades religiosas de matriz africana, circulando por blogs de Antropologia do Cinema, Faculdades de Formação de Professores e redes de sociabilidade de Escolas de Samba do Rio de Janeiro. O vídeo encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://museuafrodigitalrio.org/s2/?work=a-lenda-da-criacao-do-mundo-e-dos-orixas>

relações étnico-raciais, patrimônio imaterial, história e cultura africana e afro-brasileira, se propôs a instituir um espaço de formação e debate destinado àqueles que atuam ou atuarão em sala de aula, visando, dessa forma, contribuir para a implementação da Lei 10639/03⁸.

Figura 1. Auditório da UERJ, Campus Maracanã com a capacidade de 250 lugares.



Fonte: Foto da 3º turma do Curso de Extensão em História e Cultura Negra, realizado durante os meses de maio a junho de 2013.

A proposta de educação continuada do NEAB UERJ se tece, como demonstra a pesquisa intitulada “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da lei 10.639/2003”, em um contexto marcado por irregularidade e complexidade dos experimentos que visam implementar as orientações presentes na Lei 10639/03 (Gomes, 2012). Tendo em vista este cenário, a necessidade de concretizar os objetivos cunhados pelo Programa UNIAFRO torna-se ainda mais importante. Nesse sentido, a equipe no NEAB se debruçou, prioritariamente, sobre a construção de estratégias para formação continuada e elaboração de materiais que possam servir de apoio aos docentes da educação básica no processo de implementação da Lei 10639/03.

Um dos desafios impostos àqueles que se propõem a pensar um curso de formação continuada em história e cultura negra é a opção metodológica, pois o tema

⁸ Compuseram o corpo docente do curso os seguintes nomes: Prof.º Dr.º. Amaurir Mendes Pereira, Prof.ª Dr.ª. Elielma Ayres Machado, Prof.ª. Giovana Xavier da Conceição Nascimento, Prof.º Dr.º. Maurício Barros de Castro, Prof.ª. Dr.ª. Mônica Pereira do Sacramento e Prof.º Dr.º. Washington Dener dos Santos Cunha. Fizeram parte da equipe organizadora do III Curso de Extensão em História e Cultura Negra os seguintes nomes: Cristiano Cardoso, David Honório, Dayana Dória Vieira, Edna Ferreira Andrade, Juliana de Freitas, Simone Machado Ribeiro, Sormani Silva e Vinícius Oliveira Pereira. O curso foi coordenado pela Prof.ª Dr.ª. Maria Alice Rezende Gonçalves.



aponta para um universo de possibilidades. Afinal, quais caminhos seguir? Quais narrativas abordar? Quais enfoques tomar? Diante desse cenário, optamos por organizar um curso composto de aulas conferências, onde foram abordados temas como: Pensamento Social Brasileiro, Pensamento Social do Meio Negro e a Lei 10639/03; História da África; História do Negro no Rio de Janeiro; Literatura Africana de Língua Portuguesa e Literatura Afro-brasileira; Cultura Afro-brasileira: Samba e Jongo; Políticas de Ação Afirmativa e Educação; entre outros. Conscientes de que o tema não se esgota nestas questões, pretendíamos com este formato criar um espaço de diálogo entre especialistas nos temas citados e educadores objetivando, sobretudo, a construção de aportes teóricos e metodológicos que permitissem aos cursistas do III Curso de Extensão em História e Cultura tecer, no cotidiano de suas escolas, os caminhos para o diálogo entre a história, a cultura afro-brasileira e as práticas educativas.

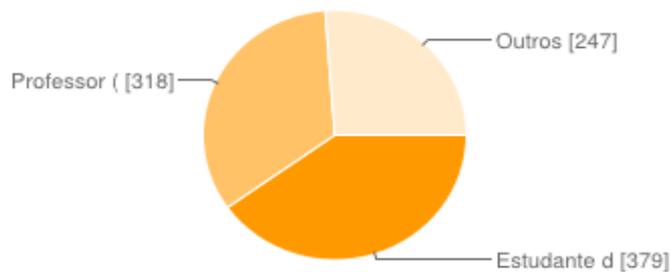
COM QUEM DIALOGAMOS?

Durante as discussões sobre o perfil de nosso público alvo esteve presente a preocupação em atender de forma prioritária aqueles que atuam no chão da escola. Dessa forma, reservamos uma parcela considerável do número de vagas para professores da educação básica. Ainda no debate sobre a configuração do perfil do público alvo pensamos na importância dele ser composto por estudantes dos cursos de licenciatura, que futuramente atuariam em sala de aula, e pessoas ligadas aos movimentos sociais, que atuam em espaços de educação formal e não formal.

A pré-inscrição no III Curso de Extensão em História e Cultura Negra ocorreu no período de 16 de abril a 28 de abril de 2013. A divulgação do curso se deu através da página do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ no Facebook e os dados sobre o número de acesso a postagem sobre o curso, disponibilizados pela mencionada rede social, apontam para o expressivo número de 24.016 pessoas. Utilizamos no processo de inscrição o formulário do Google drive, onde os candidatos respondiam questões referentes à ocupação profissional, instituição ao qual está vinculado, cor/raça, etc. Foram ofertadas 250 vagas e a procura pelo curso foi realmente impressionante. Em apenas duas semanas de pré-inscrição foram registrados mais de 900 cadastros, como aponta o gráfico abaixo:



Gráfico 1. Número de inscritos no III Curso de Extensão em História e Cultura Negra



Fonte: Formulário de Inscrição do III Curso de Extensão em História e Cultura Negra (Google Drive).

A procura, além de revelar a existência de uma expressiva demanda por cursos de formação continuada, com foco na temática das relações étnico-raciais e educação, evidencia a consolidação política entre os profissionais da educação básica sobre a importância da abordagem do tema no cotidiano escolar. Este modo de interpretar a grande procura de professores pelo curso é reforçado quando levamos em consideração o fato do curso não ter sido oferecido através de convênio com as secretarias municipais de educação do estado do Rio de Janeiro, ou seja, os educadores que participaram desta experiência de formação não dispuseram de nenhum incentivo institucional como, por exemplo, diminuição da carga horária de trabalho ou pagamento de bolsas para custeio dos gastos oriundos das atividades extensionistas, ações que são esperadas quando se trata de formação continuada.

Os dados sobre a pré-inscrição no III Curso de Extensão em História e Cultura Negra sinalizam, também, uma considerável procura de estudantes dos cursos de licenciatura, que formam o segmento com maior número de inscritos. É possível dizer que a grande procura reflete o fortalecimento da temática das relações étnico-raciais no ambiente acadêmico, espaço que, nos últimos anos, tem vivenciado uma série de experiências com ações afirmativas responsáveis por aumentar, ainda que de forma insuficiente, o número de estudantes negros no ensino superior. Apesar do fortalecimento da temática e do aumento do interesse dos estudantes serem pontos importantes para interpretação da expressiva procura, percebemos, também, que a grande demanda reflete a marginalização do tema nos currículos das faculdades de formação de professores. Esta interpretação dialoga com os relatos dos estudantes que procuram o curso, os mesmos se queixam sobre o espaço destinado ao debate em suas faculdades e dizem, muitas vezes, que as únicas opções para quem deseja se aprofundar



no tema são as raras eletivas ofertadas por professores que têm de algum modo ligação com o tema.

O último segmento presente no gráfico reúne militantes de movimentos sociais, educadores de centros culturais e espaços educativos não formais e outros atores que possuem de algum modo aproximação/interesse com o tema. A abertura para este segmento se deu a partir do entendimento da importância do diálogo entre escola, universidade e movimentos sociais para consolidação de um espaço escolar que valorize a história e a cultura negra. A troca de experiências e perspectivas entre esses diferentes atores só contribuiu para o fortalecimento do espaço de formação que o III Curso de Extensão em História e Cultura Negra se propôs a forjar, nos fazendo pensar que a escolha pela ampliação do público alvo foi uma decisão acertada.

Os professores, estudantes e militantes que realizaram a pré-inscrição residem em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, concentrando-se a maioria na cidade do Rio de Janeiro e municípios localizados na região metropolitana como, por exemplo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói e São Gonçalo. Na questão do formulário de inscrição referente à cor/raça dos candidatos, utilizamos a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza cinco categorias: branca, preta, amarela, parda ou indígena. De acordo com a análise dos dados, os candidatos se classificaram da seguinte forma: preta 40%, parda 31%, indígena 1%, branca 27% e amarela 1%. A heterogeneidade do perfil dos candidatos nos dá uma pequena ideia da rica potencialidade de troca de experiências forjada pelo espaço de formação do III Curso de Extensão em História e Cultura Negra e as conversas que se estendiam após a aula nos corredores evidenciam a construção de importantes redes de trocas de saberes entre estes diferentes sujeitos que constituíram o espaço de formação.

AVALIAÇÃO CURSISTAS

A avaliação dos cursistas é, quase sempre, ponto recorrente na pauta de discussão e planejamento dos cursos de extensão organizados pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ, gerando dúvidas, questões e reflexões. Quando nos propomos a pensar o processo avaliativo, nos dispomos a percorrer um emaranhado de questões que perpassam por pontos como: Por que avaliar? O quê avaliar? Como avaliar? Estas questões não são necessariamente respondidas, mas as reflexões suscitadas por elas nos

levaram a tecer uma concepção de avaliação que aponta para indissociabilidade entre os mecanismos de avaliação e os objetivos políticos-pedagógicos do III Curso de Extensão em História e Cultura Negra. Nesse sentido, acreditamos que a avaliação deve ser compreendida como fator preponderante para organização do curso, nos oferecendo subsídios para o movimento de (re) pensar o trabalho docente, a formação curricular e o planejamento das aulas.

Nossas discussões acerca da avaliação adotada pelo curso centraram-se, também, sobre a preocupação em desconstruir a perspectiva hierarquizante que permeia as estratégias avaliativas, tendo em vista, sobretudo, que este processo se tece sobre a desigualdade nas relações de poder, nem sempre explícita, entre quem avalia e quem é avaliado. Na tentativa de romper com este modo de avaliar, apostamos na importância do diálogo para forjar novos sentidos em relação à avaliação, buscando exercitá-lo nos espaços de formação de nosso curso. Quando nos debruçarmos sobre a trajetória do III Curso de Extensão em História e Cultura Negra, percebemos que o princípio do diálogo, pelo qual tanto prezamos, se manifestou na escuta atenta às demandas dos estudantes, que sinalizavam os temas de interesse e pontos de vista sobre os debates em sala de aula, no encontro para apresentação e debate sobre a Coletânea A Lei 10639/03 e a Formação de Educadores, momento em que os estudantes expuseram suas questões sobre os livros e o dvd que compõem a mencionada coleção e nas reuniões de planejamento, momento em que os membros da organização expunham suas impressões sobre o caminhar do curso.

O princípio do diálogo, que orientou a construção das estratégias avaliativas, se fez presente na leitura da realidade educacional contemporânea, que expressa ainda a pouca circulação de materiais didáticos e paradidáticos para implementação das orientações presentes no conteúdo da Lei 10639/03. As discussões de planejamento do curso apontaram para impossibilidade de não dialogar com esta realidade, que é tão bem descrita por educadores que compõem o corpo discente do curso de extensão. A partir da construção do consenso sobre a necessidade de intervir nesta realidade, restava pensar as possíveis estratégias de intervenção. Como um curso de educação continuada poderia contribuir para construção de ferramentas para implementação da Lei 10639/03? A formação de professores é suficiente? Apesar de reconhecermos a importância da formação continuada de professores, acreditamos que poderíamos ir



muito além, ou melhor, nossos cursistas poderiam aumentar ainda mais esta experiência de formação.

Nesse sentido, pensamos como um dos critérios avaliativos a construção de uma proposta pedagógica baseada em um dos conteúdos/temas abordados ao longo do curso. Ao realizar esta opção, buscamos demonstrar ser possível, através da formação de professores, fortalecer a autonomia docente para construção de materiais e estratégias para introdução da história e cultura africanas e afro-brasileiras no cotidiano da sala de aula. A riqueza das propostas pedagógicas, que a partir de disciplinas como matemática, geografia, língua portuguesa, literatura trabalham com as orientações presentes na Lei 10639/03, evidencia o êxito desta experiência de formação tecida a partir e através do diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de ensino brasileiro tem sido marcado nos últimos dez anos por uma série de experiências de afirmação das diferenças. Para exemplificar algumas dessas medidas, destacamos no âmbito federal a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR); na educação básica, temos a aprovação da lei 10639/03, que introduz a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana; no ensino superior, verifica-se a implantação de ações afirmativas destinadas à população negra e a outros grupos sub-representados neste nível de ensino. Diante do cenário educacional de valorização da diversidade étnico-racial é criado, em 2003, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A criação do mencionado núcleo pode ser entendida, a nível nacional, como reflexo das políticas de afirmação das diferenças, e, mais especificamente, derivado do pioneirismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na implementação de políticas de reservas de vagas para negros e outros grupos sub-representados no ensino superior. A emergência de programas e projetos voltados para o acolhimento desses novos alunos frutos dessas políticas inclusivas e a necessidade de ampliação dos estudos afro-brasileiros na universidade fez do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ um experimento oportuno e bem sucedido. Acreditamos que suas ações têm tido um papel importante na produção de conhecimento, no ensino e na extensão. Além de ser uma

instituição que, por desenvolver projetos nesses campos, instrumentaliza, fortalece e consolida a etnicidade entre os negros universitários oriundos do sistema de reserva de vagas da UERJ.

De recém-criado ao engajamento no processo de consolidação do contexto educacional de reconhecimento e valorização das diferenças étnicas, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros torna-se, muito rapidamente, um importante ator no cenário educacional brasileiro. A construção de uma agenda coletiva dos NEABs com foco na formação de professores em relações étnico-raciais e construção de materiais didáticos que auxiliem o trato pedagógico da temática da história e cultura afro-brasileira na educação básica evidencia a importância do NEAB como um espaço de desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão.

Avaliamos positivamente os experimentos desenvolvidos nos últimos 10 anos pelo NEAB UERJ. Suas ações têm buscado dialogar com as demandas contemporâneas no campo da educação das relações étnico-raciais, que apontam para carência de materiais pedagógicos e espaços destinados à formação de professores. O III Curso de Extensão em História e Cultura Negra, realizado em 2013, demonstrou ser possível pensar um espaço de formação que atenda e dialogue com esta demanda. A oferta de um espaço de formação destinado à temática da história e cultura negra se apresenta como uma ferramenta importante em um contexto marcado pela dificuldade do professor da educação básica em trabalhar com o tema. O diálogo entre a universidade, que nos últimos anos tem produzido de forma mais expressiva pesquisas sobre o tema, e sujeito que pisa no chão da escola, se constitui como um bom caminho para fortalecimento de práticas educativas na educação básica que valorizem a história e a cultura da população negra brasileira.

Apesar da rica troca forjada pelo curso, destacamos a necessidade de incentivo das secretarias de educação à participação de um maior número de professores. O quadro de procura pelo III Curso de Extensão em História e Cultura Negra demonstra expressivo interesse docente pela temática, mas a falta de apoio das secretarias de educação faz com que a procura por cursos de formação continuada sobre o tema seja uma caminhada solitária e individual. Quando levamos em consideração as pesquisas avaliativas sobre a lei 10639/03, que apontam para descontinuidade de atividades sobre o tema e as narrativas docentes, que apontam para carências na formação e na produção

de materiais didáticos, percebemos a importância da institucionalização, por parte das secretarias de educação, das políticas de formação continuada sobre o tema, a fim de que possamos potencializar a contribuição no processo de construção de um espaço escolar de valorização da história e da cultura negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Lei LDB/10.639. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 9 de janeiro de 2003.

_____. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. MEC / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR. III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Subsídios para o debate. Brasília, DF, SEPPIR, 2013.

CARVALHO. J.J. Propostas e Recomendações do Coletivo de Professores dos NEABS (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros). RAMOS. M.N. (coordenação), *Diversidade na Educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 2003. 170p.

DA MATTA, R. A. *Relativizando – uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES. N. L.; JESUS. R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de lei 10639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. In: *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR., n.47, p.19-33, jan./mar.2013.

MAIO, M. C. O projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 41. São Paulo. Oct. 1999.

MOTTA, R. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO. In: PEREIRA, C.; SANSONE, L. (org.) *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 38-60.

SEYFERTH, Giralda. As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial. In: *Cativeiro & Liberdade*. UERJ. Rio de Janeiro, 1989.

ZAMPARONI, Valdemir. *A África e Os Estudos Africanos no Brasil: Passado e Futuro*. Cienc. Cult. , São Paulo, v 59, n. 2, Junho de 2007. Disponível a partir de Acesso em 20 de junho de 2014.

Sites:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12260&option=com_content – 20/06/2014.

http://www.abpn.org.br/neabs/index.php?title=P%C3%A1gina_principal

Endereço para Contato:

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Educação Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros A/C Prof. Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã Rio de Janeiro – RJ Cep 20550-900. Sala 12.030 Bloco A e-mail: neabuerj_semprenegro@yahoo.com.br

Recebido em setembro de 2014
Aprovado em janeiro de 2015